

CONSTITUINTE

Am e PG-6

Três regiões unem-se para obter mais recursos

GAZETA MERCANTIL

16 SET 1987

por Francisca Stella Fagó
de Brasília

Seis governadores e quase duzentos dos 292 parlamentares das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste selaram ontem a consagração do primeiro grupo hegemônico da Constituinte para a votação de questões capazes de mudar a face do País. Unidos no propósito de retirar parte substancial dos recursos hoje aplicados nas regiões Sudeste e Sul, definiram um conjunto de emendas destinado a ampliar ainda mais o que já conquistaram até agora e está previsto no projeto de Constituição.

Os governadores Fernando Collor de Mello (AL), Epitácio Cafeteira (MA), Marcelo Miranda (MS), Henrique Santillo (GO) e Alberto Silva (PI) reuniram-se no restaurante da Câmara dos Deputados com os parlamentares das três regiões para dar os últimos retoques aos acordos que vêm sendo articulados desde o início da Constituinte.

O projeto do relator Bernardo Cabral já permite que as receitas das três regiões praticamente dupliquem pela ampliação das transferências para estados e municípios das receitas do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados e pela criação de um fundo especial de 2% desses recursos destinado a investimentos

no Norte e no Nordeste. Também prevê um enorme conjunto de regras programáticas destinadas a desviar os recursos orçamentários para as regiões menos desenvolvidas.

As emendas articuladas ontem beneficiam igualmente todos os estados das três regiões.

Como as emendas articuladas ontem ampliam a transferência dos recursos e beneficiam igualmente os estados das três regiões, seus 292 representantes estão convencidos de que nenhuma razão possível quebraria a hegemonia do grupo para aprová-las.

Nada, acredita o deputado Albérico Cordeiro (PFL-AL), um dos principais articuladores do grupo, ameaça a indiscutível maioria dos 292 votos. Nem mesmo o intenso trabalho do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, com os parlamentares do Sul e do Sudeste, de buscar fórmulas para que impeçam a União de perder tantos recursos e transferirlos para as regiões menos desenvolvidas.

Pelo projeto de Cabral, 46% das receitas do Imposto de Renda e do IPI seriam transferidas aos estados e municípios. Bresser Pereira propõe 40%. O grupo de 292 constituintes fechou posição em torno de 47%. Pelo projeto de Cabral, 2% dos recursos dos dois impostos federais seriam destinados a investi-



Albérico Cordeiro

mentos no Norte e no Nordeste. O grupo deseja 3%, um terço dos quais destinado à região Centro-Oeste.

As emendas do grupo das três regiões pretendem também alterar o critério de distribuição dos recursos orçamentários da União baseado na capacidade, que beneficia os estados produtores. A distribuição, segundo Albérico Cordeiro, deve seguir a preocupação de "justiça e equidade". O projeto de Cabral já estabelece que no prazo de dez anos o orçamento fiscal e o orçamento de investimentos das estatais devem "reduzir desigualdades inter-regionais, segundo o critério populacional". Os 292 constituintes das três regiões pretendem alterar o texto para que fique inequivocamente definido na Constituição que o critério populacional deve ser respeitado e que a implantação da regra deve

dar-se no prazo máximo de dez anos, admitindo prazo menor.

As emendas também apresentam um duro golpe para os estados exportadores. Pelo projeto de Cabral, o critério de rateio da distribuição do fundo de IPI à exportação é o total das exportações. Os constituintes das três regiões votarão a favor da fixação de um critério que se baseia no saldo da balança comercial de cada estado com o exterior. Estados como a Bahia, por exemplo, seriam enormemente beneficiados. Esse estado, conforme o deputado Virgildásio de Senna (PMDB-BA), acumula saldos comerciais de US\$ 1 bilhão.

De acordo com o deputado Jalles Fontoura (PFL-GO), o grupo dos 292 tem também a tranquilidade de conseguir o apoio dos estados do Sul e do Sudeste através da negociação dos critérios de proporcionalidade da representação parlamentar. São Paulo, por exemplo, luta na Constituinte para aumentar a sua representação de sessenta para oitenta parlamentares. Os parlamentares das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste poderão concordar quando for criado o novo Estado de Tocantins e os territórios do Amapá e Roraima se transformarem em estados. O grupo tem emendas propondo essa reestruturação na Federação.

Aprovado documento de consenso

por Cecília Pires
de Brasília

Representantes do grupo parlamentarista na Comissão de Sistematização, reunidos com as principais lideranças do PMDB, aprovaram ontem um documento de consenso entre as várias correntes que negociam na Constituinte propondo a participação e o apoio do próprio presidente José Sarney nos entendimentos. A linha do consenso delineada no documento ainda é frágil e genérica e não une os parlamentaristas em torno de uma fórmula concreta. Eles propõem, apenas, a implantação do novo sistema ainda no governo Sarney e um prazo de transição não determinado.

As negociações foram suspensas, ontem à tarde, até que o senador Afonso Arinos, designado como coordenador dos entendimentos finais, leve a proposta a Sarney. Segundo o líder do PMDB no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso, os parlamentaristas aguardam um sinal, uma manifestação do presidente, para prosseguirem entendimentos, "pois as informações sobre a posição do presidente Sarney são, até hoje, descontraídas".

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, reagiu com muito pessimismo ao docu-

mento. "Eu esperava alguma coisa mais objetiva. O prazo para que Bernardo Cabral apresentasse seu substitutivo foi dilatado para que fosse encontrado um texto concreto de consenso, para ser incorporado ao substitutivo; caso contrário, Cabral prometeu que preserva a atual fórmula, de Afonso Arinos". Os parlamentaristas afirmam, no entanto, que sem o aval de Sarney é impossível formular uma proposta de consenso.

Sant'Anna procurou negar ontem, enfaticamente, que teria apoiado, no último domingo, uma fórmula baseada na emenda Nelson Carneiro, com modificações por ele mesmo sugeridas, que reforçam os poderes do presidente. Segundo esta fórmula, apresentada pelos senadores Fernando Henrique Cardoso, José Fogaça, pelo líder do PMDB na Câmara, Luís Henrique; pelo líder em exercício na Constituinte, deputado Euclides Scalco; e pelo deputado Egidio Ferreira Lima, o presidente pode dissolver a Câmara dos Deputados a pedido do primeiro-ministro. Com a manifestação do Conselho da República, pode exonerá-lo e nomear seu substituto. Para isso, a Câmara precisa ser consultada.

O presidente ainda teria poderes para publicar leis e decretos, vetar projetos

de lei e decretos regulamentares do primeiro-ministro. Seria mantida, porém, a separação entre chefe de Governo, como atribuição do primeiro ministro e chefe de Estado, como atribuição do presidente da República. Sant'Anna afirmou que participou da reunião apenas como constituinte e não receberá delegação para falar em nome de Sarney.

"Há muitos canais diversos e contraditórios para o entendimento com o Palácio do Planalto", afirmou ontem o senador José Fogaça. Ao confirmar esta análise, o deputado Prisco Viana, um dos mais influentes interlocutores de Sarney na Constituinte, afiançava, ao saber do teor do documento, que "o governo está negociando apoio a uma solução presidencialista. Agora, foi dito que havia uma maioria esmagadora de parlamentaristas na Comissão de Sistematização em torno da forma gradualista, e foi pedida uma forma de consenso para a solução gradualista", disse Prisco Viana.

Na opinião do parlamentar, "criou-se um clima de conversa bom, mas não se criaram as condições do entendimento. O presidente mostrou-se aberto às conversas, mas não foi convencido por nenhuma proposta. O presidente manteve-se na posição de que o melhor é o presiden-

cialismo que dê maiores condições ao Congresso, proposta consubstanciada na emenda Theodoro Mendes", afirmou Prisco Viana. A falta de uma proposta consensual, provocou até mesmo divergências na própria reunião de elaboração do documento. Os principais defensores dos seis anos, o senador José Richa e o deputado Cid Carvalho, ambos do PMDB, queriam ver esta fórmula embutida no documento. As lideranças do PMDB não aceitaram.

O impasse, na opinião do líder em exercício na Constituinte, deputado Euclides Scalco, está no período transitório e no mandato presidencial. O grupo Covas-Scalco, Fernando Henrique e Fogaça querem a separação das funções de chefe de Governo e chefe de Estado e o prazo de transição de doze meses. Não aceitam em hipótese alguma os seis anos de mandato, conforme o deputado Scalco, "mas é possível ir até os cinco anos, desde que a fórmula encontrada, mesmo na transição, permita ao Congresso opinar sobre a escolha do primeiro-ministro".

De acordo com Fernando Henrique, "se chegarmos a um impasse nas negociações, a grande possibilidade é de que a Constituinte aprove o sistema presidencialista com quatro anos de mandato para Sarney".